

E assim a Música caminhou pelo Brasil...

And so the Music walked through Brazil ...

Luiz Pedro da Silva Soares de Oliveira[†], Marinéa da Silva Figueira Rodrigues^{‡*}

Como citar esse artigo. Rodrigues, MF. E assim a música caminhou pelo Brasil. Revista Mosaico. 2018 Jul./Dez.; 09 (2): 32-34.

Resumo

O presente estudo objetivou investigar a importância da música como ferramenta de ensino em nossas escolas, ressaltando um breve histórico do seu ensino através dos tempos, dando destaque ao cenário brasileiro. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de cunho bibliográfico, com renomados autores no assunto, a saber: Chiarelli (2005), Fucci-Amato (2012), Kiefer (1997), Loureiro (2013) dentre outros. A pesquisa pretendeu contar um breve relato da história da música, afirmando a sua relevância na realidade escolar.

Palavras-Chave: Educação; História da música; Realidade escolar.

Abstract

The present study aimed to investigate the importance of music as a teaching tool in our schools, highlighting a brief history of its teaching through the ages, highlighting the Brazilian scenario. For that, a bibliographic research was carried out, with renowned authors in the subject, namely: Chiarelli (2005), Fucci-Amato (2012), Kiefer (1997), Loureiro (2013) among others. The research aimed to tell a brief account of the history of music, affirming its relevance in the school reality.

Keywords: Education; Music History; School Reality.

Introdução

A música é considerada uma linguagem universal, sendo uma das formas de comunicação mais presentes no cotidiano das pessoas. Através dela podemos desenvolver diversas habilidades, promover a socialização e possibilitar a expressão de sentimentos e emoções.

História da música no Brasil

Segundo Loureiro (2013), a palavra música vem do grego *mousiké* e expressava, juntamente, com a poesia e a dança, a “arte das musas”.

Segundo Chiarelli (2005), a música contribui para a aprendizagem do educando, favorecendo o seu desenvolvimento cognitivo/linguístico, psicomotor e sócio-afetivo. É uma ferramenta a mais no processo ensino-aprendizagem, tornando a escola num cenário mais alegre e receptivo. Ferreira (2008) argumenta que a música é uma fonte transmissora de ideias e informações, sendo, portanto uma forma de comunicação social.

Historicamente, a música sempre teve um papel

de relevância no desenvolvimento do ser humano, seja no aspecto religioso, moral, social, desenvolvendo hábitos e valores essenciais ao exercício da cidadania. Segundo Fucci-Amato (2012), no Brasil a educação musical chegou através da Igreja Católica coordenada pela Coroa Portuguesa, e foi praticada nas escolas até o final do século XVIII com fins estritamente religiosos. Os rituais de canto e danças praticadas pelos índios são considerados como as primeiras manifestações musicais brasileiras, muito embora não se tenha vestígios da música indígena da época.

Fucci-Amato (2012, p. 22) argumenta que a carta de Pero Vaz de Caminha a El Rey Dom Manuel descreve que após missa e sermão, com os portugueses ao chão, os índios “levantaram-se [...], tangeram corno ou buzina e começaram a saltar e dançar um pedaço”. Os jesuítas foram considerados os primeiros professores de música no Brasil e percebendo que os indígenas apresentavam facilidade para a aprendizagem musical, principalmente para aprender os cânticos dos autos (forma dramática originária do teatro medieval e os cânticos das celebrações das missas) e com o intuito de catequizá-los, descobriram na arte musical um meio malicioso de comover os indígenas infligindo-lhes a cultura, exemplo

Afiliação dos autores:

[†] Graduando em Pedagogia da Universidade de Vassouras, Vassouras/RJ

^{‡*} Coordenadora e Docente do Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade de Vassouras, Vassouras/RJ.

Email para correspondência: marinea.rodrigues@hotmail.com

Recebido em: 09/10/18 Aceito em: 26/11/18

da supremacia da Metrópole sobre a Colônia, o que contribuiu para a perda da cultura indígena.

Kiefer (1997, p. 10) afirma que foi Jean de Léry o autor do primeiro documento em notação musical relativo à música indígena, descrevendo a sua primeira reação causada por esta música, como também pelos rituais de dança e canto realizados pelos índios:

Essas cerimônias duraram cerca de duas horas e durante esse tempo os quinhentos e seiscentos selvagens não cessaram de dançar e cantar de um modo tão harmonioso que ninguém diria não conhecerem música. Se, como disse, no início dessa algazarra, me assustei, já agora me mantinha absorto em coro ouvindo os acordes dessa imensa multidão e, sobretudo a cadência e o estribilho repetido em cada copla: Hê, He ayre, heyrá, heyrayre, heyra, heyre, uêh. E ainda hoje quando recordo essa cena sinto palpitar o coração e parece-me a estar ouvindo.

Os jesuítas definiam a música indígena como diabólica e assustadora, por apresentar um caráter selvagem e instrumentos constituídos por trombetas com crânio de gente na extremidade, flauta de ossos, chocalhos de cabeça humana etc. Por isso é errôneo sustentar à cultura musical europeia como a primeira manifestação musical no Brasil, pois o ensino jesuítico tinha somente a finalidade de catequização dos indígenas. A música indígena, bem como todas suas outras culturas foram perdidas de forma tão severa que praticamente não restaram vestígios na música brasileira.

Gallet (1971 apud KIEFER, 1997, p. 13) afirma que a música primitiva desapareceu:

[...] e ao fim de pouco tempo, a música primitiva tinha desaparecido entre os índios recém-civilizados, substituída pela outra. Mas ainda: “os próprios missionários confessavam que se admiravam da facilidade prodigiosa com que os indígenas aprenderam os cânticos da igreja que lhes ensinavam”.

No final do século XVI, a Bahia e depois Pernambuco, (destacando a cidade de Olinda) vislumbraram como grandes centros importantes de cultivo da música erudita no Brasil, seguidos pelo Pará, São Paulo, Maranhão, Paraná e o Rio de Janeiro no século XVII e no século XVIII surge a importante Escola Mineira.

Kiefer (1990, p.31) menciona que o musicólogo Francisco Curt Lange descobriu e pesquisou a Escola Mineira, em fins de 1944, dando o seguinte depoimento:

[...] nota-se desde os primórdios da formação da Capitania uma estranha devoção pela música no seu confuso conglomerado humano, produto, talvez, da nostalgia e do isolamento, como também da tradição musical portuguesa, enraizada desde tempos muito antigos no seu povo e nos que procuravam uma nova vida além-mar, no misteriosamente rico Brasil.

Através da citação, nota-se que os nossos

colonizadores trouxeram raízes musicais de Portugal para o nosso país com intuito de continuar a ter os mesmos prazeres da Metrópole.

Com a introdução da escravidão no Brasil, a música africana também repercutiu muito na nossa cultura. A música se fez presente nos engenhos coloniais através das capelas de música cuja função era suprir as funções religiosas que aconteciam em torno da casa-grande. Os escravos trouxeram diversos instrumentos de percussão como o ganzá, a cuíca, o atabaque, onde cantavam e dançavam aos sons e ritmos de sua longínqua pátria. No século XVIII no Rio de Janeiro foi criada uma escola de música para filhos de escravos, revelando talentosos músicos, instrumentistas e cantores, destacando-se o padre José Maurício Nunes Garcia (1767-1830), filho de escravos, músico nato, tocava vários instrumentos e compôs inúmeras obras sacras e profanas de caráter erudito.

Segundo Loureiro (2012), da Colônia até meados do século XX o Brasil vivenciou a dicotomia entre a educação musical informal e formal. A educação informal era oriunda das classes populares onde as músicas indígenas e africanas podiam ser introduzidas e propagadas e a educação formal, representada pela música erudita para a classe dominante, transmitida pela Igreja Católica, no ensino particular e posteriormente nos conservatórios. Somente no final da década de 30 esses dois mundos se juntaram ao projeto de Villa-Lobos (LOUREIRO, 2012).

Corroborando tais ideias, Fucci-Amato (2012) traz a importância do papel dos conservatórios, pois exerceram influência na formação de grandes pianistas e na valorização matrimonial das moças na época. Chegaram ao Brasil em 1841, sendo pioneiro o Imperial Conservatório no Rio de Janeiro, criado antes de congêneres como os de Leipzig, Moscou, Veneza e Nova York.

A música chega à escola permeada das tradições pedagógicas da Igreja no Segundo Reinado (1840-1889), momento em que diversas óperas eram apresentadas por companhias estrangeiras e o piano era tocado nas residências e em salões de concerto no Rio de Janeiro.

Loureiro (2012) enfatiza que nos últimos anos do Império foi enriquecedor para o crescimento da história da música no Brasil, no entanto, muitas visões da música brasileira e da música popular no apagar do século XIX e início do século XX, são oriundas das contribuições de concepções produzidas no calor das discussões sobre a temática nação e a brasilidade (1920-1930).

O período Republicano marcou o início do presidencialismo como forma de governo, enfrentando governos militares, ditaduras e a reconquista da democracia. Na Europa, no início do século XX, o ensino de música passa por grandes mudanças tendo a frente o Movimento da Escola Nova, em que músicos

e pedagogos como Jacques Dalcroze (1865-1950) na França, Carl Orff (1895-1982) na Alemanha, Zóltan Kódaly (1882-1967) na Hungria, Violeta Gainza na Argentina, apresentam propostas revolucionárias para o ensino de música, tendo como seleção a escolarização de crianças oriundas de classes sociais populares. No Brasil, essas propostas só são aplicadas devido às mudanças políticas, sociais e econômicas que resultaram na Revolução de 30.

Segundo Fucci-Amato (2012), a Reforma Capanema contribuiu enormemente para a educação musical brasileira, introduzindo o canto orfeônico como componente curricular na rede oficial de ensino, durante os quatro anos do primeiro ciclo e nos três anos subsequentes ao segundo ciclo, o que, possibilitou uma maior disseminação da música entre a população brasileira por gerações, resultando num processo de valorização cultural.

Em 1961, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 4.024/61 (BRASIL, 1961), o Conselho Federal de Educação instaurou a educação musical, em troca do Canto Orfeônico pelo Parecer nº 383/62 homologado pela Portaria Ministerial nº 288/62 (FONTERRADA, 1991), o que provocou uma grande mudança no cotidiano musical das escolas. Com a Lei 5.692/71 (BRASIL, 1971) torna-se obrigatório o ensino de Artes (polivalência), desaparecendo o Canto Orfeônico da Educação e dando preferência às Artes Visuais.

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), as artes coletivas retornaram gradativamente ao currículo das escolas brasileiras, estabelecendo as diversas manifestações artísticas. Com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais/PCN's (BRASIL, 1997), quatro modalidades no ensino de Artes foram instituídas como conteúdos do currículo, são elas: Artes Visuais, Música, Teatro e Dança.

Com a aprovação da Lei nº 13.278/16 (BRASIL, 2016), o texto da vigente LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) foi alterado, inserindo o parágrafo sexto no artigo 26: “A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo”, culminando em um novo marco para a Educação Musical. Deverá, portanto fazer parte do Ensino de Artes. Hoje, a Base Nacional Comum Curricular (2017, p. 190) “propõe que a abordagem das linguagens articule seis dimensões do conhecimento que, de forma indissociável e simultânea, caracterizam a singularidade da experiência artística”. Essas dimensões devem abarcar os conhecimentos das Artes visuais, da Dança, da Música e do Teatro e também das aprendizagens dos alunos em cada contexto social e cultural, sendo portanto linhas maleáveis que construirão o conhecimento em Arte.

Considerações Finais

Através da pesquisa realizada, podemos perceber que a música é um dos meios de comunicação mais presentes na vida do homem. A história da música em nosso país vem desde a nossa colonização, perpassando pelos indígenas, africanos, colonizadores, imigrantes, Império e finalmente República. A educação musical entendida como ciência ou área de conhecimento, não escapa de se defrontar com constantes situações problemáticas, pois o seu ensino nas escolas está diluído em práticas metodológicas diversas, operando apenas como uma ferramenta a mais no processo ensino-aprendizagem.

Referências

BRASIL. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF, 1961. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 10 de set. 2018.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96): promulgada em 20 de dezembro de 1996. Apresentação Carlos Roberto Jamil Cury. 7. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasileira. MEC/SEF, 1997.

_____. Lei 11.769 de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei n. 9394/96, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica. Brasília: Presidência da República, 2008.

_____. Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13278.htm>. Acesso em: 31 de out. 2018.

_____. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: < 568 http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 02 set. 2018.

CHIARELLI, Lígia Karina Meneghetti. A música como meio de desenvolver a inteligência e a integração do ser. Revista Recre@rte, nº 3, Junho 2005: Instituto Catarinense de Pós-Graduação.

FERREIRA, Martins. Como usar a música na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2008.

FONTERRADA, Marisa. Educação Musical: Investigação em quatro movimentos: Prelúdio, Coral, Fuga e Final. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

FUCCI-AMATO, Rita. Escola e Educação Musical: (Des)Caminhos Históricos e Horizontes. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.

KIEFER, Bruno. História e significado das formas musicais. 6. ed. Porto Alegre: Editora Movimento, 1990.

_____. História da Música Brasileira: dos primórdios ao século XX. 4. ed. Porto Alegre, RS: Editora Movimento, 1997.

LOUREIRO, Alícia Maria Almeida. O ensino de música na Escola Fundamental. 8 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.